



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS

BACHARELADO EM HUMANIDADES

JUSTINO DA CUNHA

**DA GUERRA DE LIBERTAÇÃO À GUERRA CIVIL: OLHARES
DE ODETE SEMEDO EM *NO FUNDO DO CANTO***

REDENÇÃO-CE

2015

JUSTINO DA CUNHA

**DA GUERRA DE LIBERTAÇÃO À GUERRA CIVIL: OLHARES DE ODETE
SEMEDO EM *NO FUNDO DO CANTO***

Trabalho apresentado como requisito para conclusão do Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ordine

REDENÇÃO-CE

2015

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira

Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da Unilab (DSIBIUNI)

Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL

Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

C41g

Cunha, Justino da.

Da guerra de libertação à guerra civil: olhares de Odete Semedo em no Fundo do Canto. / Justino da Cunha. Redenção, 2015.

37 f.: il.; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ordine.

Inclui Referências.

1. Guiné-Bissau - História - Revolução, 1963-1974. 2. Guerra Civil. I. Título

CDD 966.57

JUSTINO DA CUNHA

**DA GUERRA DE LIBERTAÇÃO À GUERRA CIVIL: OLHARES DE ODETE
SEMEDO EM *NO FUNDO DO CANTO***

Trabalho apresentado como requisito para conclusão do Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Data de Defesa: _____

Resultado: _____

Prof. Dr. Rodrigo Ordine – Orientador

Prof. Dr. Maurílio Machado Lima Júnior

Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, JUSTINO DA CUNHA, matriculado na UNILAB com o número 2013105700, graduando do Bacharelado em Humanidades, declaro publicamente ser autor da monografia intitulada *Da guerra de libertação à guerra civil: olhares de Odete Semedo em No fundo do canto* e assumo a responsabilidade pela fidedignidade dos conteúdos apresentados, para os quais não existem restrições de divulgação e pela lisura com que foram por mim obtidos e empregados, sem qualquer violação de direito autoral.

Redenção (CE), _____.

Assinatura

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, autor e consumidor da minha fé; ao meu Pai **Lisboa Da Cunha** e à minha mãe **Quinta Mendes**. Ao meu orientador, Prof. Dr. **Rodrigo Ordine**, que me orientou de forma louvável, com muita responsabilidade, fazendo-me acreditar que eu poderia realizar esta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me concedido saúde durante os meus anos de estudo de graduação (bacharelado) e me ter ajudado a efetivar o meu sonho.

De modo geral, meus agradecimentos aos representantes das seguintes instituições brasileiras: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Ministério de Educação do Brasil (MEC), por terem sempre prestado apoios aos estudantes dos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

De modo particular, agradeço e compartilho a satisfação da realização deste sonho com algumas pessoas que considero especiais:

- a meus pais, Lisboa Da Cunha e Quinta Mendes, pela educação e carinho;
- a meus professores do curso de Bacharelado em Humanidades, pelas compreensões, atenções, apoios e ensinamentos prestados, particularmente ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Ordine;
- a meus amigos, Djaman Paulo da Silva, Artur Paulo da Silva, Eduardo da Cunha, Garcia da Cunha, Antônio da Cunha, Ada Joseliza Có, Laurent Mendy, Eduard Mendy, Roberto Sousa Cordeiro Tamilton Teixeira, Wilton Rosário Semedo Tavares, Joel Buaiga, Madílio Pereira, Fernando Moura Mendes, Ciro Lopes Da Silva, Leni Mango, Noêmio Luís Fernandes, Ivandro Vicente, Valdir Almada, Dimar Monteiro Sanca, pelo apoio e encorajamentos nos momentos difíceis, pelas amizades sinceras e pelo companheirismo.

Finalmente, agradeço a todos/as aqueles/as que contribuíram direta ou indiretamente para o meu crescimento e a minha formação acadêmica.

RESUMO

Este trabalho parte da premissa que a obra poética de Odete Semedo, *No fundo do canto* (2007), defende, por meio de seus eu-líricos, que a Guerra Civil da Guiné-Bissau (1998) foi uma consequência dos anseios e necessidades não alcançados com a independência política do país (1973). Para se averiguar essa hipótese, buscou-se fazer um levantamento histórico sobre a guerra de libertação em Guiné-Bissau, notadamente durante as décadas de 1960 e 1970, e analisar o papel da literatura durante os anos de luta. Concluiu-se que, na maior parte dos poemas de temática sobre a Guerra Civil, a voz poética aponta para o descompasso entre o que se esperava utopicamente para a nação guineense e o que se objetivou na realidade cotidiana das décadas de 1980 e 1990.

Palavras-chaves: Guerra de libertação, Guiné-Bissau, Guerra Civil, Odete Semedo.

SUMÁRIO

1.introdução.....	9
2. Capitulo I- A guerra de libertação em Guiné-Bissau (1963-1973).....	12
3. Capitulo II- O papel da literatura na guerra da libertação.....	19
4. Capitulo III- As vozes de <i>No fundo do canto</i>: utopias fracassadas.....	24
5. Considerações finais.....	33
Referencias bibliográficas.....	36

1. INTRODUÇÃO

Os dois primeiros Governos Provisórios de Portugal cumpriram a promessa de reconhecimento da República da Guiné-Bissau. Foi o adeus a uma província que era sempre a madrasta do Império Colonial, não fosse ela a mais pequena e a mais pobre das províncias em guerra. O fato de apenas existir um movimento de libertação – o PAIGC – tornou mais fácil chegar a um entendimento entre as entidades portuguesas e aquele movimento para, no fundo, aquelas reconhecerem a independência que já tinha sido unilateralmente declarada em 24 de Setembro de 1973. Após esta data, não faltaram países a reconhecerem o novo Estado: até ao final daquele ano, foram cerca de 40 e, em 31 de Maio de 1974, eram já 84.

O 10 de Setembro de 1974 marca, assim, o início do rumo político de um novo Estado, deixado agora totalmente nas mãos do povo guineense, melhor dizendo, nas mãos dos dirigentes políticos guineenses. Embora para estes o dia efetivo da independência seja o 24 de setembro de 1973.

A Guiné-Bissau, desde então totalmente independente e administrada por mãos próprias, teve ao longo dos anos muitas metamorfoses políticas que lhe proporcionaram grandes e graves contratemplos para a consolidação da democracia, estabilidade política e desenvolvimento socioeconómico.

Alguns anos sem eleições e com um sistema de partido único, depois golpes de Estado frequentes, a Guiné-Bissau acabou por “oferecer” ao seu povo graves desentendimentos políticos que só trouxeram desordens, pouco desenvolvimento e mais pobreza. De tal forma que muitos guineenses passaram a manifestar saudades do tempo em que os portugueses, apesar da nefasta guerra, distribuía alimentação (arroz e outros produtos) em todo o território e apoiavam as populações que o desejassem, não só nas cidades e vilas, mas também nos locais mais recônditos onde existissem Tabancas. Mas para o bem e para o mal, a independência foi à independência política para todos os efeitos. Para isso lutaram durante muitos anos, sob a égide de Amílcar Cabral que não assistiu ao ato que mais ansiava: a Independência da Guiné-Bissau. Se não tivesse acontecido a fatalidade da sua morte, o destino político do novo Estado teria

seguramente seguido outro rumo com menos instabilidade, porque ele representava, pelo menos aparentemente, a unidade do PAIGC na luta pelo ideal nacionalista do povo guinéu.

A literatura da Guiné-Bissau pode ser entendida, embora correndo o risco de uma simplificação, como um conjunto de textos polifônicos e multifacetados que se unem para uma literatura em fase de busca e de afirmação, que encontra a sua força vital na tradição oral; uma literatura que se vai alimentando dos acontecimentos sociais, políticos e culturais; escritos que encontram a sua força e identidade na tradição e nas línguas locais – instrumentos usados pelos poetas, contistas e romancistas para desconstruir e reconstruir aquela que foi a língua do opressor, que evoluiu para mais uma das línguas da emancipação e que é hoje, por opção e apropriação, a língua de contato com o mundo e também a língua do coração.

Na especificidade de sua historiografia, a literatura guineense, durante a fase de libertação, foi uma literatura política e de resistência, uma arma potente para a conclamação de forças às armas empunhadas.

Mesmo em sua fase pós-independência, a literatura guineense continua sendo um misto de política e arte, apresentando ainda as incongruências que a política não resolveu e os anseios de um futuro onde a nação possa estar mais nas mãos do povo do que dos políticos.

Como se trata de dois movimentos complexos, este trabalho irá averiguar não só o papel da literatura, em mais pormenores, durante a guerra de libertação, mas também observar como a escritora Odete Semedo, através de seus eu-líricos, monta em *No fundo do canto* (2007), um caleidoscópio político-artístico sobre uma nova configuração sócio-política: a Guerra Civil de 1998. A hipótese que se defende é que a arte de Semedo nessa coletânea de poemas procura mostrar como a Guerra Civil é uma reverberação dos anseios e necessidades não alcançados após a independência.

Assim, no Capítulo I, será apresentado um panorama do processo de libertação guineense, com ênfase nos acontecimentos do século XX que foram fundamentais para que o ano de 1973 pudesse ser um marco da independência.

No Capítulo II, avalia-se o papel da literatura como instrumento de resistência cultural contra o regime colonial português e, no Capítulo III, alguns poemas de *No fundo do canto* (2007) serão analisados para se pensar tanto a Guerra Civil de 1998, quanto para validar a hipótese deste trabalho acima indicada.

Metodologicamente, serão utilizadas fontes bibliográficas teóricas e literárias, e, a partir deste estudo, espera-se que seja possível uma contribuição para outros trabalhos que têm como foco a literatura guineense e também e que sirva, por outro lado, como fonte de reflexão para trabalhos futuros, especialmente para os filhos da terra da Guiné.

2. CAPÍTULO I – A GUERRA DE LIBERTAÇÃO EM GUINÉ-BISSAU (1963-1973)

De acordo com os registros históricos sobre a Guiné-Bissau, o primeiro contato dos portugueses com o trecho do litoral da ocidental africana que veio a se construir mais tarde a província portuguesa da Guiné, se deu a partir do século XV, mais precisamente em 1446, quando o navegador português Nuno Tristão lá aportou vindo da costa Senegalesa (AUGEL, 2007, p. 51).

Segundo DAVIDSON (1975, p. 19) “tornou-se então necessário provar ocupação efetiva e pacificar o país, na fraseologia colonial da época. O que não foi assim tão fácil; os africanos resistiam, seguiram-se as guerras”. Davidson enumera várias resistências dos grupos étnicos contra os portugueses:

Em 1878-1880 os portugueses organizaram uma expedição contra dois povos, os Felupes e Manjacos, que habitavam a jusante do Rio Grande. Os resultados da campanha foram indecisos, isto é, os portugueses não se apossaram de todos o território, mas bastaram para permitir que os portugueses obtivessem um ponto de fixação. Em 1880-1882, novas campanhas, desta vez contra os Fulas e os Biafadas. Em 1883-1885 os portugueses atacaram pela primeira vez os Balantas contra os Papéis (1886-1890), os Fulas do Gabu (1893), os Oinkas (1897), os Bijagós (1902), os Manjacos de Churo (1904-1906), os Mandigas de Geba (1907-1908), outra vez, contra os Oinkas (1910-1913), e ainda contra os Mandigas de Churo (1914) e, outra vez, contra os Papéis (1915) (DAVIDSON, 1975, p.19).

A última guerra ou resistência mais organizada, que culminou com a conquista da independência, começou a 23 de janeiro de 1963, quando os soldados anônimos de Amílcar Cabral empunharam as primeiras armas e se agruparam. O início se deu a partir de um ataque ao aquartelamento de Teti, registrando-se historicamente que o grupo de guerrilheiro do PAIGC foi dirigido por Osvaldo Vieira (IGNATIEV, 1975, P. 163).

Segundo Cabral (1977, p. 37), “ o ano de 1973 ficará na historia do nosso povo como o começo da nossa luta armada contra as forças colonialistas portuguesas. Com efeito, foi em janeiro desse ano que, estando preenchido as condições essenciais a uma mudança radical da nossa luta, os nossos combatentes, apoiados pelo nosso povo, desencadearam a ação armada no sul e no centro-sul do país.”

Esse foi o começo da resistência que o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) adotou. Contudo, segundo o líder desse partido,

Amílcar Cabral, também a cultura foi umas das formas de resistências contra o opressor defendidas pelo PAIGC. Além da armada e da cultural, Cabral (1979, p.111) defendia outras formas de resistência e, em síntese, apresenta quatro tipos de resistência: política, economia, cultural, e armada, que, segundo ele, são respostas à opressão portuguesa, sendo que cada forma de resistência serve como resposta a um tipo de opressão portuguesa, isto é, para lutar contra a opressão política, a resistência deve ser política, para se lutar contra a opressão econômica, a resistência deverá ser de ordem também econômica, e assim por diante. Boa parte dessas resistências tinha raízes na diversidade étnica do território guineense.

Para melhor compreender essa afirmação, vejamos: o território que é hoje Guiné-Bissau, no passado constituía-se de um vasto império ao leste de país, o lendário reino de Kaabu (Gabu) que foi vassalo do império de Mali até sua desintegração, por conta das graves incursões bélicas do império *Kaabunké*.

Carlos Lopes ressalta a importância do *Kaabunké*, a nação Mandinga, como sendo o responsável pela unificação de tantas etnias da região e cujos diferentes espaços de influência continuam a abranger a cultura de uma vasta área de África ocidental (LOPES, 1999, p.53).

Sendo conhecedor dessa origem, Amílcar Cabral foi estratégico e inteligente ao afirmar que a força da sua luta residia na diversidade étnica que a Guiné oferecia, pois, embora já mais estruturados num protonacionalismos, ainda havia grupos étnicos diferentes dos Mandingas e estes precisariam ser conclamados num pensamento de união nacional.

Na década de 1950 o regime colonial português realizou vários ataques armado que resultaram nas mortes mais de mil africanos em Guiné-Bissau, Angola e em São Tomé e Príncipe. Esses antecedentes sangrentos culminaram com as guerras de libertação nos territórios da colônia portuguesa em África. No caso da Guiné- Bissau, como destaca IGNATIEV (1975, p. 145), “ a 3 de agosto de 1959, os colonialistas portugueses massacraram em Bissau 50 trabalhadores guineenses em greve. Isso constituiu, na época da descolonização, o primeiro ato brutal praticado pelos colonialistas portugueses contra os patriotas do nosso povo”. Esta repressão

denominada “ massacre de Pindjiguiti”, aconteceu numa altura em que os trabalhadores do porto reivindicavam melhores condições do trabalho e aumento salarial.

Depois desse ato assassino, segundo IGNATIEV (1975, P. 103),

Amílcar passou a compreender toda a necessidade de modificar os Métodos de luta.

Era preciso desistir das manifestações nas cidades, das greves e dos outros atos que, realizados sem uma preparação suficiente, podiam causar mais danos do que traduzir-se em proveito. Se se repetisse os acontecimentos de 3 de agosto, o partido não só perderia os seus quadros, como aconteceria algo ainda pior: o povo poderia a confiança na possibilidade da luta. Era preciso ativar o trabalho nas localidades rurais, pois, nas condições específicas da Guiné Portuguesa, estas se revestiam de maior importância do que as cidades que praticamente não existiam na Guiné Portuguesa. Amílcar Cabral chegou á firme conclusão de que era necessário transformar a resistência para preparando e esclarecendo o povo, ter a possibilidades de criar um movimento de libertação para lutar armada pela independência, contra colonialistas.

No dia 3 de agosto, logo após a carnificina de Pindjiguiti, centenas de pessoas foram detidas pela policia e pelo exercito. As prisões eram efetuadas á cegas: as forças armadas portuguesas apanhavam qualquer pessoa que passasse na rua próximo a região do porto. Por isso, depois desse acontecimento, muitos militares do PAIGC foram obrigados a abandonar Bissau, capital do país (IGNATIEV, 1975, P. 109).

Conforme Sousa Cordeiro (2013, p. 79):

“ Perante esse cenário da postura severa do governo português, o PAIGC tinha apenas duas opções: ou conformar com o sistema colonial ou lutar pela independência. Mesmo consciência de que o regime colonial português, pela sua característica, jamais aceitaria um acordo pacífico pela independência da Guiné e Cabo Verde, os dirigentes do PAIGC não precipitaram em recorrer ao uso da violência para a solução colonial. Por isso, através de memorandos, notas abertas e mensagens enviada ao governo Salazar, o PAIGC fazia apelo para o governo português resolvesse o conflito pela via pacífica”.

Segundo Andrade (1978, p. 57):

“ Quando em 15 de dezembro de 1960, na XV sessão da Assembleia Geral da ONU, foi aprovada a carta que reconhecia o direito de todos os países á autodeterminação, declarando que o governo português, de

acordo com os estatuto da ONU, era obrigado a apresentar relatórios sobre a situação nos seus territórios coloniais, Portugal apressou-se a modificar a sua constituição, substituiu o termo colônia por província ultramarina, o que permitia afirmar que não havia colônias nem por conseguinte relatórios a apresentar sobre os territórios africanos”.

O PAIGC, por sua vez, enviou às autoridades português um *memorandum*, propondo o início imediato de conversações sobre a concessão da independência. O governo de Salazar nem passou em responder a este apelo. E agora enviando o *memoradum* á ONU, o PAIGC publicava também uma nota aberta ao governo de Portugal, propondo mais uma vez a negociação da entrega pacífica do poder ao povo da Guiné “ portuguesa” e das ilhas de Cabo Verde, de acordo com as propostas anteriores, cumprindo desta maneira os princípios da autodeterminação dos povos, proclamados pela ONU (IGNATIEV *Apud* SOUSA CORDEIRO, 2013, P. 79).

Ademais, conforme IGNATIEV (1975, P. 149), o PAIGC, através do seu secretario Amílcar Cabral, propôs a realização de uma conferencia entre os representantes do governo português e representantes dos nacionalistas da Guiné e Cabo Verde, com a seguintes ordem de trabalho:

- a) Autodeterminação e independência nacional dos povos da Guiné e Cabo Verde.
- b) Colaboração entre o povo português e os povos da Guiné e Cabo Verde.

Apesar de todos esses esforços para a negociação pacífica da independência, que durou sete anos, de 1956 (data da fundação do PAIGC) até 1963 (início da luta), o regime colonial não demonstrava mínima intenção de abrir mão da colônia em África. O que obrigou o PAIGC a recorrer pela via armada para a libertação da Guiné-Bissau.

Após os primeiros momentos do início da guerra de libertação, isto é, seis meses após o início da luta armada, Amílcar e seu grupo alcançaram alguns resultados positivos. Todas as regiões do país situadas a sul do rio Geba e rio Corubal estavam, libertadas dos colonialistas. Em julho as operações militares abrangeram o território situado a norte do rio Geba. O PAIGC abriu a frente norte. O Ministro da Defesa Nacional de Portugal, general Gomes de Araújo, foi obrigado a reconhecer que os combatentes do PAIGC ocupavam e controlavam uma parte considerável do território, que, de acordo com as suas estimativas constituía cerca de 15% de toda a área da Guiné Portuguesa. Por isso,

em Lisboa decidiram aumentar o efetivo das tropas naquela colônia (IGNATIEV Apud SOUSA CORDEIRO, 2013, P. 81).

Até ao fim de 1966, diz IGNATIEV (1975, P. 180), “ o contexto do PAIGC realizou com êxito uma serie de operações contra guarnições inimigas. Durante um dos ataques ao forte português de Medina de Boé foi morto o membro do Comité Político do PAIGC, Domingos Ramos. Foi uma perda muito importante para o partido e para as forças armadas. Ao fim deste ano tinha-se libertado 60% do território com quase 50% da população. Uma prova da gravidades da situação para os colonialistas portugueses era entre 1961 e 1966 as forças coloniais portuguesas tinham aumentado os efetivos em 25 vezes (1966: 25.000 homens) e mudado 6 vezes de Chefe de Estado Maior. Cada vez mais isolado, cercado por todos os lados, atacado sem descanso, o inimigo era obrigado a abastecer alguns dos seus campos entrincheirados pela via fluvial e aérea. A sua única manifestação de força eram os criminosos ataques aéreos que fazia contra as aldeias pacíficas das regiões libertadas, em alguns assaltos com helicópteros às pilhando as aldeias, destruído as casa e as culturas e matando a população”.

Portanto, depois dessas operações militares bem-sucedidos os homens de Cabral conseguiram levar avante a ideia de uma libertação total de seu território que se deu oficialmente no dia 10 de setembro de 1974 após mais de uma década de incursão de militar. Para muitas essa independência só teve o seu desenlace com a derrocada de fascismo em Portugal, encabeçado pelo ex-comandante e majores que, estavam na Guiné, como Espínola Oteló Saraiva Carvalho e Ramalho Eanes. Contudo, para os guineenses tradicionalistas, o ano de 1973 é que é considerado o ano da libertação, já que o ano de 1974 representa o reconhecimento mundial da independência, muito embora a guerra já não mais existisse.

Vale ressaltar que antes de término luta armado o expoente máximo de PAIGC, Amílcar Cabral, ideólogo da luta, não presenciou a tão sonhada independência do país que lhe viu nascer e pelo qual ele tão bravamente lutou.

Depois da morte de Cabral, seu meio-irmão, Luís de Almeida Severino Cabral, também membro e fundador de PAIGC, tornou-se o líder do partido e o primeiro presidente do país, até sua deposição no golpe militar de 1980 encabeçado pelo seu

premier, João Bernardo Vieira (Nino Vieira), também elemento importante de luta armada.

Há um dado importante a se relevar: sendo Guiné-Bissau, do ponto de vista colonial, uma província ultramarina de Portugal e sem poderes econômicos expressivos para se sustentar e sustentar uma luta armada foi necessário o apoio de países como China, Cuba Finlândia e principalmente a antiga URSS, como representantes do bloco socialista mundial, tanto no que se refere ao treinamento de guerrilheiros quanto no oferecimento de equipamentos e condições financeiras para a guerra.

Por fim, é importante ressaltar que, embora o sonho da independência tenha sido alcançado, muitas das reivindicações da população guineense não foram atendidas nos anos posteriores à libertação. A sociedade guineense ainda era um emaranhado de classes sociais muitíssimo desiguais e com fortes traços de diferentes pesos sociais para as diversas etnias habitantes daquela nação.

Como outro exemplo de dificuldades que não foram superadas tão somente com a independência, pode-se citar o exposto em novembro de 1977, quando se realizou, em Bissau, o III Congresso do Partido. Naquele momento, o PAIGC definiu a sua política como “democracia nacional revolucionária”, conduzindo a uma política assente na unidade nacional e defensora da inexistência de classes sociais estratificadas, adotando, contudo, uma estratégia de desenvolvimento baseada no setor primário, com relevo para a agricultura que, no fundo, sempre foi o setor base durante os longos anos do colonialismo. Apresenta-se aqui, então, outro problema que o país viria a enfrentar nos anos futuros: embora sem desvanecer o desejo de uma industrialização, o país não conseguiu, a contento, construir um parque industrial que pudesse substituir, aos poucos, o centro agrícola da economia guineense.

Politicamente, o país também apresentava desarmonias, especialmente a partir de 1978 quando, em novembro, houve uma tentativa de golpe de Estado, em que teriam estado implicados, dentre mais de duas dezenas de guineenses, os cidadãos Rafael Barbosa, Ladislau Justavo, Malan Sanhá e Marcelino Delgado. Nesse golpe, o objetivo era o rompimento com as relações da Guiné com Cabo Verde. O julgamento dos implicados no golpe começou em Abril de 1979, mas foi interrompido durante um ano, porque Ladislau Gustavo, que estava para ser julgado à revelia, foi capturado. O tribunal

recomeçou em junho de 1980, com a acusação de que o golpe pretendia a liquidação física dos dirigentes guineenses, nomeadamente os de origem cabo-verdiana.¹

Essas e outras dificuldades continuaram a ser sentidas em Guiné Bissau nas décadas seguintes e culminaram, a nosso ver, na Guerra Civil de 1998, que será tratada no Capítulo III desta pesquisa.

3. CAPÍTULO II –O PAPEL DA LITERATURA NA GUERRA DA LIBERTAÇÃO

A primeira dificuldade de se pensar o papel da literatura durante a guerra de libertação em Guiné-Bissau é justamente de ordem hierárquica: sendo uma literatura ainda em formação nos anos de 1960 e 1970, as maiorias dos textos de resistência eram vistos como inferiores artisticamente, especialmente se comparados ao que se produziam nos demais países europeus. Esse julgamento eurocentrado nada mais é do que um posicionamento bastante comum da inicial Literatura Comparada que, em suas versões mais iniciais, buscava simplesmente categorizar e hierarquizar, como mostra Margarida Fernandes (2001).

Além disso, foram do campo da comparação, a literatura de resistência apresentavam em seu conjunto de obras, textos que pendiam muito mais para o panfletário e o epistolográfico, gêneros que, àquela época, também eram vistos como menos literários.

Em acréscimo, lutar contra o olhar português (e leia-se, europeu) que demorou a entender que uma nação oral poderia ter sua literatura sem que ela fosse iminentemente sem valor ou qualidade, foi também uma barreira para que os produtos culturais das décadas de 1950 e 1960, principalmente, fossem reconhecidos como literatura. Assim, buscava-se a saída de uma convenção que entendia África como um continente “sem história”, porque sem escrita, para um lugar mais honesto e inteligente: a da escrita política.

Entretanto, antes de se chegar a esse patamar, Guiné-Bissau, como tantos outros países africanos, teve que lidar com um colonialismo ferrenho, de sistema cada vez mais opressor nos anos em que Salazar governava Portugal. Durante os anos de chumbo, a imposição cultural era um dos grandes objetivos do invasor como forma de consolidar o processo de ocupação. Dentro dessa imposição cultural, estava o uso da língua portuguesa e os diferentes processos de assimilação “oferecidos” pelo Estado português.

Em seu início como resistência, a literatura guineense buscou a construção de um discurso de unificação do povo numa causa justa e coletiva, a independência, mas antes disso um longo processo pôde ser observado.

Seguindo os estudos de Manuel Ferreira, pode-se dizer que a literatura africana de expressão portuguesa não começou desde seus momentos iniciais com as mesmas intensidades, intensões e características (*Apud ALMEIDA et al, 2009*). Assim, o estudioso vê diferentes fases no processo de constituição das literaturas africanas. Toma-se sua tese como modelo para se pensar a literatura guineense.

Para Ferreira, na primeira fase, o escritor africano se distanciava notavelmente da sua realidade cultural, baseada numa alienação incontestável, que representava uma reprodução dos ideais alheios a cultural do mesmo escritor. Na segunda fase, o escritor não se encontrava mais no mesmo grau dessa alienação em que se encontrava, mas percebe a realidade um pouco mais voltada para a sua condição de um ser “petrificado socialmente”. No qual, nacionalismo começa a surgir a partir dos próprios temas em que começavam a demonstrar esse retorno. Na terceira fase, para o mesmo autor, se auto reconhece enquanto colonizado e ser submetido a determinadas posições ideológicas e suas representações sociais durante o período da luta pela emancipação. A quarta e última fase, só se deu no período pós-independência, marcado pela subjetividade textual, sem restrições. Uma fase voltada para a concretização dos ideais defendidos durante a era colonial.

Embora Ferreira se detenha até mais ou menos meados da década de 1980, sabe-se que os anos seguintes até a contemporaneidade continuam sendo anos férteis em produções literárias, mesmo que a partir de plataformas e discursos diferenciados, como a internet, o que obrigaria a se pensar numa quinta fase. Essa fase contemporânea seria marcada por grandes variações temáticas e estéticas, não exclusivas somente da realidade guineense, pois se abre cada vez mais para o mundo.

Há outro pesquisador que também se deteve em pensar a evolução (apenas no sentido cronológico) das literaturas africanas e pode-se crer que apresente bases bem similares ao que propõe Ferreira. Segundo Patrick Chabal (*Apud ALMEIDA et al,*

2009), é possível se pensar também em quatro fases: a primeira fase foi marcada pela alienação e/ou pela assimilação, um aparente “intercâmbio cultural” entre Portugal e África ou ainda entre Europa e África. A fase posterior, a segunda fase, foi marcada pela grande ruptura entre a questão geográfica e ideológica. O escritor africano optava por defender e olhar para suas raízes e realidades. Quer dizer, o começo da autoafirmação desse escritor enquanto um africano. Na terceira fase, já existia uma afirmação em termos ideológicos, que tenta proporcionar a exclusão radical das ideologias europeias. O escritor, nessa fase, busca se assemelhar a um herói nos períodos pós-independência. Na última e quarta fase já é a fase pós-independente, o escritor africano tenta categorizar a literatura africana dentro dos padrões gerais da literatura.

É certo que os primeiros movimentos da literatura guineense de resistência se deveram a uma elite econômico-intelectual que, ou pôde estudar na Europa e de lá “enviar” as ideias libertárias a Bissau ou, retornados da Europa, produziam em solo guineense os textos (em sua maioria, poemas) de cunho reflexivo. Neste momento, vê-se já que a primeira etapa (ou fases, como mostrado acima) já foi superada: não mais o cantar de uma terra quando de sua Era de Ouro, isto é, uma literatura que já se desvencilhava de um momento romântico e ufanista e caminhava para uma reflexão de maior peso político, buscando, inclusive, a valorização do local em termos de reconstrução de uma autoestima pisoteada pela colonização portuguesa.

Em resumo, o que se pode constatar é que a literatura guineense, em sua utilização pela elite, saiu de um olhar ainda colonizado, passou pela necessidade de revalorização da cultura autóctone (motivados, em grande parte, pelo que propunha o movimento da Negritude) e se transformou como vetor dos desejos políticos de libertação, emancipação popular e promoção de um futuro, ainda incerto, mas desejado como exitoso.

Segundo o que informa Hildo Honório do Couto (2010), o primeiro guineense a poetar é o líder das guerras de libertação e herói nacional Amílcar Cabral. Ele escreveu seus primeiros poemas entre 1945 e 1946. No entanto, e a despeito de ter nascido em Bafatá, ele iniciou sua carreira em Cabo Verde, e foi lá que escreveu esses poemas. Com isso fica a pergunta se eles pertencem à literatura cabo-verdiana ou à

guineense, fato que para ele não era relevante, pois defendeu sempre o projeto da unidade entre os dois países. Nos poemas iniciais, transparece desde a insularidade típica dos cabo-verdianos até temas mais intimistas, familiares e uma preocupação com a formosura da bela negra que vai definhando algum dia.

Quanto a Vasco Cabral, é lidimamente guineense, mesmo tendo se formado em Portugal, como a maioria dos intelectuais compatriotas seus. Tem textos de economia publicados em diversos lugares, mas é sem sombra de dúvida dos primeiros poetas guineenses (nasceu em 1926). Ele publicou dez poemas na revista *África*, explorando diversos temas, como o ideal de luta, a africanidade, o antirracismo e outros. Sua obra mais conhecida é *A luta é minha primavera* (1981), mas esta se insere na temática do período pós-independência. O último poeta incluído no período da libertação António Baticã Ferreira, nascido em 1939. Seus poemas não tratam de temas revolucionários como faz a maioria dos demais autores dessa época. Seu eu é mais lírico e já relativamente ecológico. Os temas são mais o amor, a suavidade e a beleza da natureza.

Naturalmente, os poemas, contos, romances e peças teatrais de reivindicação, protesto social e combatividade opunham-se ao regime colonial. Aliás, há quem afirme que de menor ou maior grau uma obra literária de qualquer sociedade e de qualquer época ou apoia ou contesta o regime vigente. Assim, em Guiné-Bissau, como nos PALOP de modo geral, seguindo-se à vitória dos respectivos movimentos de libertação, surgiu uma literatura que celebrava a derrota do regime colonial, proclamava a revolução social e celebrava a (re-) construção nacional, como afirma Russel Hamilton (1999).

Por fim, é importante salientar que a literatura cumpriu seu papel de motivador de novos pensamentos, fomentando reflexões sobre o papel do colonialismo em Guiné-Bissau e como esse sistema impedia a melhoria da vida da população de modo geral. É certo que, ao olhar de hoje, vê-se que nem tudo que a literatura advogou durante a guerra de libertação foi conquistado, mas é inegável concluir que sem ela a guerra de libertação talvez não tivesse chegado à independência do país em dez anos (1963-1973).

Uma vez independente, a nação guineense irá produzir outra literatura, mais robusta e não menos reflexiva, buscando analisar as falhas do projeto nacional encabeçado pelo PAIGC. É o que veremos no próximo capítulo.

4. CAPÍTULO III – AS VOZES DE *NO FUNDO DO CANTO*: UTOPIAS FRACASSADAS

Neste capítulo é proposto um estudo sobre alguns poemas de Odete Semedo presentes no livro *No fundo do canto* (2007).

Odete Semedo é além-contista, também poetisa, tanto em português quanto em crioulo. Seus poemas geralmente são bilíngues, mas há obras somente com versos em português. É o caso de *Entre o ser e o amar* (Bissau: INEP, 1996), com oito poemas apresentados apenas em versão portuguesa. Os demais são ou bilíngues (a esmagadora maioria) ou só em crioulo. Assim como em *No fundo do canto* (2007), seus poemas escritos em português trazem fortes marcas da guinendade, quando não no uso generalizado de expressões em crioulo. Essa obra está dividida em seções, a saber: “Do prelúdio” (com 22 poemas, sendo 5 bilíngues), “A história dos trezentos e trinta e três dias e três horas” (15 poemas, um bilíngue), “Consílio dos irans” (8 poemas em português), “Os embrulhos: O primeiro embrulho” (10 em português), “O segundo embrulho” (9 em português), “O terceiro embrulho” (7 em português). Dentre todos, escolheremos alguns para a análise proposta nesta pesquisa, mas antes disso, discorre-se um pouco sobre a figura de Semedo.

Maria Odete da Costa Soares Semedo nasceu em Bissau em 7 de novembro de 1959. Formou-se em Língua e Literatura Modernas na Universidade Nova de Lisboa e sempre esteve ligada à área do ensino, inclusive na administração do país. Obteve seu doutorado no Brasil, na Universidade Federal de Minas Gerais, na área de Literatura. Não é a primeira mulher a publicar um livro individual na Guiné-Bissau porque antes dela Domingas Samy já publicara o livro de contos *A escola* (1993). No que tange à poesia, no entanto, ela é a primeira a publicar um livro individual. Trata-se de *Entre o ser e o amar* (Bissau: INEP, 1996), com prefácio do sociólogo Carlos Lopes. Ela não havia participado de nenhuma das seis primeiras antologias de poesia guineense. Foi só na coletânea *Kebur: Barkafondi poesia na kriol* (1996), organizada por Moema Parente Augel, que ela apareceu com seis poemas em crioulo, nenhum deles repetidos em *Entre o ser e o amar*.

O primeiro poema de *No fundo do canto* (2007) que será analisado é “Na calada da noite”. Neste poema, Semedo faz-nos uma sinopse do que foi a guerra civil na Guiné-Bissau em 1998. Como defendemos que essa guerra civil é uma consequência tardia das incongruências e incompletudes da nação pós-independente, afirmamos que essa guerra acaba por ser uma extensão da guerra colonial, mas em uma versão nacional apenas. Nesse sentido, a literatura voltará a ser uma literatura de resistência: não mais contra o regime colonial, mas agora contra o regime político interno que continuava em algum grau, a discriminar, matar, fazer sofrer a população guineense. A guerra civil, de cunho miliar, foi, em resumo, a luta oposicionista entre os generais veteranos (veremos abaixo quem são eles) e o general presidente, João B. Vieira, colegas nos tempos da libertação nacional que agora se digladiam nas terras que libertaram do inimigo.

Em ênfase, a guerra civil, a meu ver, tem quase tudo a ver com a guerra de libertação, se começar pelos envolvidos no processo: as forças de governo liderado pelo General Nino Viera e as forças da Junta Militar lideradas pelo brigadeiro Ansumane Mané, um combatente de guerra de libertação e (ex?)amigo de Nino Viera. Tendo como centro a discussão sobre o tráfico de armas para os rebeldes separatistas de Cassamança, um ex-território guineense (que Portugal negociara com França e que após a independência, Guiné-Bissau tentou várias vezes recuperar, nunca com sucesso), a Guerra Civil irá rerepresentar os “velhos de boé”, isto é, aqueles que libertaram o país, acusando o general Nino Vieira de ser um traidor dos ideais de Cabral, que prometia criar uma condição digna de vida para os antigos combatentes, o que Nino Viera nunca fez no entender deles.

Aos 7 dias de mês de junho de 1998, Mané e mais um grupo de ex-fieis a Nino formaram o que chamaram de Junta Militar para dar início a uma guerra que duraria quase um ano, tendo como resultado a vitória de Mané. Acendiam-se, nos ex-guerrilheiros, a esperança de realizar o sonho que ainda jovens os levou a pegar nas armas: melhores condições de vida. Com a vitória de a Junta Militar, o presidente acabou isolado no seu enfraquecido palácio e, por fim, veio a pedir exílio na vizinha embaixada de Portugal. Mais tarde, Nino Vieira acabaria exilado em Portugal, na cidade de Porto.

Para além do resumo histórico, é importante observar que os guineenses que nasceram após a guerra de libertação viveram na pele a extensão de guerra colonial através desse conflito civil armado de 7 de junho: novamente a fome, a miséria, a morte, a destruição de órgão público e a desintegração parcial de um sonho de unidade assolaram o país.

É possível afirmar que certos componentes específicos presentes desde a libertação em Guiné-Bissau, funcionaram como estopins da Guerra Civil, entre eles a fragilidade das instituições estatais e consequente incapacidade de assegurar as necessidades e os serviços básicos aos seus cidadãos; a instabilidade política e econômica por vezes associada a uma forte contestação social; a perda do monopólio legítimo do uso da força e a legitimidade do poder; a incapacidade de controle efetivo sobre o território nacional e a inexistência de um clima de segurança, obediência e de ordem interna. Tais características estão presentes no que Sara João Gonçalves chama de “Estado falhado” (GONÇALVEZ, 2011).

De posse do contexto da Guerra Civil, vejamos o que o poema de Odete Semedo apresenta.

“ Era tudo feito”

Na calada da noite

Era o jeito do povo

Almas dos antepassados

Não há trabalho já feito

Tinha de acontecer o “ vaticinado”

(SEMEDO, Odete Costa. No fundo do canto. Belo Horizonte: Nandyala, 2007, v.I, P.26)

De modo geral, partindo-se do título, podemos observar o campo semântico da escuridão e do silêncio, referência clara ao terror da guerra, tanto como se sentiram

aqueles que vivenciaram a guerra de libertação. Além disso, o verso “Tinha de acontecer o vaticinado” aponta para um grau de certeza que parecia haver nas ruas de Bissau e nos lábios da população, quase como a afirmar: se tudo está ruim, algo há de acontecer. Misturando um tom de adivinhação, muito característico da literatura oral mística e das religiões de matriz tradicional, une-se uma análise comportamental: “Era o jeito do povo”.

Traz-se, em complementação, um tom profético marcado pelos antepassados, mas também um tom de tempo presente, visto que a geração da guerra de libertação é hoje a geração dos anciãos. Com o verso “Era trabalho já feito”, vemos uma ambiguidade interessante, em especial se ligarmos ao conhecimento religioso afro-brasileiro: trabalho no sentido de oferenda, ritual ou despacho religioso; mas também trabalho como resultado dos anos de inépcia governamental vividos em Guiné. Além disso, fez-se a invocação dos antepassados, hábito tradicional nos casos de extrema aflição, buscando, assim, amainar o conflito, mas, uma vez que tudo já está feito (“o trabalho está feito”), a guerra era inevitável.

Com outros elementos importantes para observarmos a correlação da Guerra Civil com o que ora foi vivido na Guerra de Libertação, vemos o povo num desgastante esforço de evitar o “vaticinado”, inclusive sacrificando animais. A força do povo aparece, assim, novamente como central para ambos os movimentos, muito embora com pesos diferenciados no resultado final: no primeiro caso, durante a libertação, a união era a favor de um inimigo comum externo; agora, o eu-lírico chora mais profundamente, pois o inimigo é o próprio vizinho, como se vê em: “Será uma guerra / Entre irmão / Do mesmo sangue”.

Essa concepção multiétnica será, a meu ver, um dos principais elos apontados pelos diversos eu-líricos da obra na comparação entre o que se viu durante a Guerra de Libertação e o que se constatou com a Guerra Civil. Mas inegavelmente, os sentimentos de angústia, de despreparo, de impossibilidade de confiança no futuro voltarão com força com o irrompimento da Guerra Civil.

O próximo poema a ser analisado será “O teu mensageiro”. Evidenciando a sua posição de arauto, a voz poética ratifica a sua responsabilidade de escrita da memória da nação guineense. Construindo a imagem da contadora de narrativas, poeta e mãe, essa voz analisará a situação da Guiné-Bissau, num percurso temporal de reflexão sobre o passado e o presente histórico e político, que se estenderá por todo o canto-poema (AUGEL, 2007, p. 328).

Assim, busca-se, via literatura, uma ferramenta para imaginar a nação, como fora feito durante a libertação:

Não te afastes

Aproxima-te de mim

Traz a tua esteira e senta-te

[...]

vem...

Senta-te que a história não é curta (SEMEDO, 2007, p. 22)

O discurso poético impresso à obra busca a contestação do discurso hegemônico e promove a resistência ao neocolonialismo e ao auto colonialismo, conforme percebemos no poema intitulado “E aproxima-se”. No fragmento que segue, observamos a marca irônica desse discurso, revelador de um olhar crítico diante dos rumos desencontrados do país:

Veio a tecnologia

Espreitou

Mas não entrou

Tropeçou num buraco

Estava no escuro

Não deu com a entrada

e continuou na rua ao pé da escada

a espera da luz (SEMEDO, 2007, p. 36)

Mergulhada na corrupção, a Guiné-Bissau não conseguiu se desenvolver economicamente, nem difundir a tecnologia, nem, tampouco, promover a sua economia, baseada na vocação agrária. Na imagem sugerida a partir dos versos “veio a tecnologia/ [...]tropeçou num buraco/ estava escuro/ não deu com a entrada”, visualizamos o questionamento crítico da condução política da Guiné-Bissau, uma vez que o poema problematiza a conciliação impossível de situações opostas; por um lado o desenvolvimento, representado pela tecnologia, que encontra no país problemas característicos do subdesenvolvimento, que dificultam a sua instalação, a falta de eletrificação e de saneamento.

O governo não conseguia resolver os problemas sociais do país, tomava decisões equivocadas na economia e autoproclamava-se democrático, quando, ao mesmo tempo, fazia perseguições políticas. Essa situação foi tecida no poema “A velha Mumoa manda a sua fala”. A palavra Mumoa é um trocadilho feito com palavra UEMOA – União Econômica e Monetária da África Ocidental – e representa a integração da Guiné-Bissau a esse bloco econômico.

[...]

Não dou nada

sem que em troca receba algo

[...]

A feira virou mercado

o mercado virou mundo

alguns perderam-se

na imensidão

no calor da multidão

A voz da velha continuou

a chamar: – venham até mim

Eu sou a visão

ou a evasão?

Eu sou o futuro ou um simples monturo? (SEMEDO, 2007, p. 41)

Mumoa é apresentada ironicamente como uma velha que julga ser a voz da sabedoria e ter a solução para os problemas do país: “– venham até mim/ Eu sou a visão/ [...] Eu sou o futuro”. A voz poética a aponta como peça crucial na conjuntura do desencadeamento conflito, uma vez que a UEMOA surgiu como solução aparente para os problemas econômicos, mas, ao ignorar a vocação da Guiné-Bissau e exigir posturas que não condiziam com as práticas culturais do país, só fez agravar a sua crise política: “A feira virou mercado/ o mercado virou mundo/ alguns perderam-se/ na imensidão”. Ao invés de um futuro promissor, um monturo de escombros acometeu a Guiné-Bissau: “Eu sou o futuro/ ou um simples monturo?”. A desgraça vaticinada se tornou realidade: “Do prenúncio aos fatos/ Tudo virou fumaça/ tudo foi virando nada/ o feito em coisa alguma/ bianda de homens sem rosto” (SEMEDO, 2007, p. 68). Diante do cenário de destruição, do som dos disparos na cidade e da necessidade de partir e deixar tudo o que foi construído para trás, a voz poética busca acreditar na realidade que transformou Bissau numa “cidade amaldiçoada”, mas que “antes paraíso fora” (Ibid., p.77). Descortinando os véus de sua escrita, essa voz recorre ao exercício metalinguístico para manifestar a inexistência de gestos e palavras que possam expressar a sua dor, que é também a dor de todos de seu país:

As minhas lágrimas

[...]

Nenhum grito...

Nenhum gemido...

Palavra nenhuma

Letra alguma

Jamais traduziu tanto sofrer

Os olhos sentiram

A minha gente viu

E eu?E eu? (SEMEDO, 2007, p. 81).

Esses últimos versos sugerem a angústia do eu poético diante da situação de deslocamento. Sem chão, a voz que enuncia “E eu?/ E eu?” empreende a busca por novos rumos, por uma reconstrução a partir da junção dos cacos, do que sobrou em meio aos escombros. Processo que implica o olhar para trás, a revisão de todo o percurso trilhado pelo indivíduo e a procura de respostas à interrogação constante sobre o que o constitui enquanto sujeito, que culmina na afirmação de sua identidade. Essa imagem da busca pelo sujeito uno, “integrado”, revela que a sua composição é feita por fragmentos e que a sua identidade é construída, na verdade, por várias identidades.

Conforme Hall (2003, p. 13), essa identidade deve ser compreendida como uma “celebração móvel”: “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”. Para Augel (2007, p. 234), ao buscar afirmar a sua identidade individual, o eu poético procede em sua escrita à construção também da identidade de sua coletividade, de sua nação:

A maior parte das obras literárias publicadas na Guiné-Bissau está clara ou subliminarmente impregnada dessa procura de identidade individual e coletiva, numa representação afetiva que implica na tentativa de interpretação e de compreensão das raízes e do porquê das experiências humanas no território nacional. E, no momento, é a partir do discurso literário que se está aos poucos processando o campo do pensamento indenitário guineense e a configuração do caráter nacional.

No relato do país em guerra, a voz poética invoca os irans representantes de todas as etnias guineenses, para refletirem sobre a situação do país. Esse gesto provoca uma discussão em torno das causas, dos culpados e dos efeitos do conflito, o que destaca a necessidade de todos se unirem, valorizarem-se em suas diferenças multiétnicas e multiculturais, verem-se e pensarem-se como nação, o que implica na abdicação dos interesses individuais em prol das causas comuns ao país.

Todos... de fidalgos a servidores

Viventes da terra

do mar e do ar

Beijaram o chão de bruços
Levantaram os olhos ao céu
nas águas do mar molharam as mãos
Limparam os rostos
Purificaram com água doce e salgada
Bissau e Guiné
[...]
Os irans das djorsons sentiram
Guiné e Bissau uma só
Erguendo-se com vigor
Reafirmando a sua força
[...] (SEMEDO, 2007, p. 159)

A voz poética, portanto, imagina uma nação baseada no entrelaçamento e na convivência multiétnica, que se auto percebe um todo em unidade, a partir da valorização das diferenças e da contribuição de cada indivíduo à comunidade nacional.

Essa ideia de nação converge com as considerações apresentadas por Hall (2003, p.62), ao afirmar que “as nações modernas são, todas, híbridos culturais”, e que deveríamos começar a pensá-las como “constituindo um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade ou identidade”. As imagens evocadas nos versos acima sugerem ainda que somente no retorno às origens, na busca pelos ensinamentos de sua cultura, o país poderá encontrar os rumos para a construção da nova nação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra civil de 1998 pode ser entendida como uma consequência dos anseios e necessidade não alcançados com a independência política do país em 1973, pegando nessa consideração podemos entender que há certa relação entre a guerra civil de 1998 e a guerra de libertação da Guiné-Bissau, ao facto de que esta última é feita mediante um slogan (liberdade igualdade e fraternidade), que fez com que muitos populares da então Guiné-portuguesa se sentiram automobilizados a lutarem por uma causa justa, causas estas que começa com expulsão dos colonizadores e que se estende até o desenvolvimento do país, quer dizer de criar uma sociedade mais justa aonde todos os guineenses vão se sentir incluído no processo de construção de uma nação unida e moderna onde haverá espaço para todos eles, o que no período após independência não foi verificado, onde os interesses comuns passam a ser transformado em interesses individuais o que posteriormente levou o país a guerra civil de 1998 e que pode ser entendida como a luta oposicionista entre os veteranos da guerra de libertação e o então presidente da república na altura o general Joao Bernardo Vieira, colegas nos tempos da libertação nacional que agora se digladiam nas terras que libertaram do inimigo.

Em fim, a guerra civil, a meu ver, tem quase tudo a ver com a guerra de libertação, se começar pelos envolvidos no processo: as forças do governo liderado pelo general Ninam Vieira e as forças da Junta Militar liderada pelo brigadeiro Ansumane Mané, um combatente de guerra de libertação e (ex?) amigo de Nino Vieira. Tendo como centro a discussão o tráfico de armas para os rebeldes separatistas de Cassamança um ex-território guineense (que Portugal negociara com França e que após a independência, Guiné-Bissau tentou varias vezes recuperar, nunca com sucesso), a guerra Civil irá representar os “velhos de Boé”, isto é, aqueles que libertaram o país, acusando o general Ninam Vieira de ser um traidor dos ideais de Cabral, que prometia criar uma condição digna de vida para os antigos combatente, o que Nino Vieira nunca fez no entender deles.

Para além dos relatos, ou seja, a relação entre os dois acontecimentos em cima mencionados, é importante observar que os guineenses que nasceram após a guerra de libertação viveram na pele a extensão de guerra colonial através desse conflito civil

armado de sete (7) de Junho: novamente a fome, a miséria, a morte, a destruição de órgão público e a desintegração parcial de um sonho de unidade assolaram o país.

É possível afirmar que certos componentes específicos presentes desde a libertação em Guiné-Bissau, funcionaram como estopins de guerra civil, entre eles a fragilidade das instituições estatais e consequente incapacidade de assegurar as necessidades e os serviços básicos aos seus cidadãos, a instabilidade política e econômica por vezes associada a uma forte contestação social; a perda do monopólio legítimo do uso da força e a legitimidade do poder; a incapacidade de controle efetivo sobre o território nacional e a inexistência de um clima de segurança, obediência e de ordem interna. Tais características estão presentes no que Sara Joao Gonçalves chama de “Estado falhado” (GONÇALVEZ, 2011).

Os poemas da Odete Semedo presente na obra “No fundo do Canto” tem um posicionamento político que é de trazer uma análise da situação da Guiné-Bissau num percurso temporal de reflexão sobre o passado e o presente histórico e político, trazendo a tona os motivos que levou o país ao conflito bélico de 1998 e as chamadas de atenção de qual vai ser o desafio para o futuro na construção da nação guineense sonhado no período da luta armada através dum caráter de resistência com fortes marcas da guinendade que vai desde o português escrito até nos elementos que compõem esta escrita literária.

Os poemas de Odete Semedo faz-nos uma sinopse do que foi a guerra civil na Guiné-Bissau em 1998. Destacando que essa guerra civil é uma consequência tardia das incongruências e incompletudes da nação pós-independente, e que acaba por ser uma extensão da guerra colonial, nesse sentido a literatura voltará a ser uma literatura de resistência, não mais contra o regime colonial, mas agora contra o regime político interno que continuava em algum grau, a discriminar, matar, fazer sofrer a população guineense. Também os poemas trazem relato do país em guerra, onde a voz poética invoca os irans representantes de todas as etnias guineenses, para refletirem sobre situação do país.

É impossível não entender que existe relação entre a guerra civil e o da libertação do país presente nos poemas que compõem a obra “No fundo de canto”, considerando que a guerra civil é uma consequência tardia das incongruências e incompletudes da nação pós-independente, onde essa guerra acaba por ser uma extensão da guerra colonial, mas em uma versão nacional apenas. Ainda existem elementos importantes que pode ser observado correlação da guerra civil com o que ora foi vivido na guerra de libertação, onde é possível ver o povo num desgastante esforço de evitar o “Vaticinado”, inclusive sacrificando animais. A força do povo aparece, assim, novamente como central para ambos os movimentos, muito embora com pesos diferenciados no resultado final: no primeiro caso, durante a libertação, a união era a favor de um inimigo comum externo; agora, o eu lírico chora mais profundamente, pois o inimigo é o próprio, como se vê em: “Será uma guerra entre irmão do mesmo sangue”.

É obvio que é preciso um estudo mais profundo para melhor entender a relação existente entre a guerra civil de 1998 e a guerra de libertação, tudo porque só com a escrita literária não é possível desvendar, ou seja, descobrir a relação existente entre estes dois grandes acontecimentos, para isso requer uma análise mais profundo e atento para poder entender a relação existente entre duas guerras, analise estes que vai desde uma levantamento histórico de dois acontecimentos ate os elementos envolventes entre estes acontecimentos.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Mario de. *A geração de Amílcar*. Bissau: Instituto Amizade, 1973.
- _____. *Arma da Teoria: unidade e luta*. Lisboa: Seara Nova, 1978.
- AUGEL, Moema Parente. *O desafio do escombros: Nação, identidade, e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau*. Rio de Janeiro : Garamond, 2007.
- CABRAL, Amílcar. *Análise de alguns tipos de resistência*. Bolama : Imprensa Nacional, 1979.
- CARVALHO, Hermenegildo (2010) Revisitar Amílcar Cabral, Fundamentos da sua liderança. Disponível em <http://pro-africa.Org/revisitar-amical-cabral-fundamentos-da-sua-lideranca/>. Consultado em 23/08/2015.
- COUTO, Hildo Honório do. Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau. *Papia*. n. 20, p. 7-245, 2010.
- DAVIDSON, Basil. *Libertação da Guiné: aspectos de uma revolução africana*. Lisboa : Sá da Costa Editora, 1975.
- FERNANDES, Margarida. Discurso e representação. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 10, p. 75-90, dez. 2006
- GONÇALVES, Sara João. *O Estado falhado enquanto espaço de edificação do crime organizado transnacional: o caso da Guiné-Bissau*. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa, 2011.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 8. ed. Rio de Janeiro : DP&A, 2003.
- HAMILTON, Russell. A literatura dos PALOP e a teoria pós-colonial. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 3, p. 12 – 23, dez. 1999.
- IGNATIEV, Oleg. *Amílcar Cabral: o filho de África*. Lisboa: Prelo, 1975.

LOPES, Carlos. Desafios contemporâneos da África: o legado de Amílcar Cabral (org.) tradução Roberto Leal / função Amílcar Cabral.-- São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

LOPES, Carlos. *A transição histórica na Guiné-Bissau: do movimento de libertação nacional ao Estado*. Bissau: INEP, 1999.

SEMEDO, Odete Costa. *No fundo do canto*. Belo Horizonte: Nandyala, 2007.

SOUSA CORDEIRO, Roberto *et al.* *Resistências africanas ao domínio colonial português: um olhar sobre colonialismo e nacionalismo na Guiné Portuguesa*. In SILVA, J. B. R. (org.). *Cadernos de História: história e cultura africana e afro-brasileira*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2013.